

LAS POLÍTICAS NEOLIBERALES Y LA CIUDAD EN AMÉRICA LATINA DESAFÍOS TEÓRICOS Y POLÍTICOS

**Pedro Pérez
María Carla Rodríguez**
(compiladores)



INSTITUTO DE INVESTIGACIONES

IIGG | **GINO**
GERMANI

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES - UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES

El presente libro contiene una selección de los trabajos presentados en el V Seminario de la Red Latinoamericana de Investigadores sobre Teoría Urbana (RELATEUR), organizado conjuntamente con el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC) y el Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG) de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (UBA) (Buenos Aires, 27-30 de julio de 2021)

Pérez, Pedro

Las políticas neoliberales y la ciudad en América Latina : desafíos teóricos y políticos / Pedro Pérez ; María Carla Rodríguez. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Universidad de Buenos Aires. Instituto de Investigaciones Gino Germani - UBA, 2022.

Libro digital, PDF - (Seminarios y jornadas)

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-950-29-1946-1

1. Sociología Urbana. 2. América Latina. I. Rodríguez, María Carla. II. Título.

CDD 307.76098

Otros descriptores asignados:

Teoría urbana crítica / Procesos urbanos latinoamericanos / Financiarización periférica / Urbanización bajo lógicas no mercantiles / Epistemología y metodología de la investigación urbana



INSTITUTO DE INVESTIGACIONES

IIGG | **GINO**
GERMANI

FACULTAD DE CIENCIAS SOCIALES - UNIVERSIDAD DE BUENOS AIRES

Colección Seminarios y Jornadas

Martín Unzué - Director

Carolina De Volder - Coordinadora del Centro de Documentación e Información

Comité Académico del Instituto de Investigaciones Gino Germani

Rosana Abrutzky - Coordinación técnica

INVESTIGADORES

Titulares

Dr. Pablo Dalle (Director alterno)

Dra. Ana Clara Camarotti

Dra. María Carla Rodríguez

Dr. Jorge Daniel Castro Rubel

Suplentes

Dra. Analía Inés Meo

Dr. Marcelo Raffín

Dra. María Gabriela D'Odorico

Dr. Ricardo Jesús Laleff Ilieff

CLAUSTRO DE AUXILIARES

Titulares

Mag. Rosana Abrutzky

Suplentes

Mag. Vanina Inés Simone

CLAUSTRO DE BECARIOS

Titulares

Lic. María Victoria Imperatore

Lic. Martín Hernán Di Marco

Agustina Trajtemberg

Suplentes

Lic. Luca Zaidan

Lic. Mirna Lucaccini

Lic. Sebastián Lemos

Eduardo Rosende - Corrección de estilo y composición

Silvia Leone - Diseño de tapa

Instituto de Investigaciones Gino Germani

Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires

Pte. J.E. Uriburu 950, 6° piso (C1114AAB), Ciudad de Buenos Aires, Argentina

www.iigg.sociales.uba.ar

ISBN 978-950-29-1888-4



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercialCompartirIgual 4.0 Internacional

ÍNDICE

Introducción. Aportes desde América Latina para una comprensión crítica de los procesos urbanos latinoamericanos <i>María Carla Rodríguez y Pedro Pírez</i>	11
--	----

PARTE I

La reconfiguración de la urbanización en América Latina durante los años de hegemonía neoliberal

1. Perspectivas sobre los procesos del capital y sus efectos urbano-territoriales

Financeirização periférica, neoextrativismo e urbanização dependente na América Latina <i>Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro y Nelson Diniz</i>	25
---	----

La financiarización de las infraestructuras y su impacto en la configuración del territorio <i>Alfonso Valenzuela Aguilera</i>	53
---	----

2. Algunas dimensiones particulares

Inflexão neoliberal, milícias e o controle dos territórios populares: desafios para a teoria urbana crítica na América Latina <i>Orlando Alves dos Santos Junior</i>	79
---	----

De antiguas periferias a áreas pericentrales: reconfiguraciones
socioterritoriales en las metrópolis de América Latina. El caso de
Restrepo y barrios aledaños en el pericentro sur de Bogotá
Thierry Lulle..... 103

Corredores urbanos terciarios: configuración socioterritorial
de la zona metropolitana de Cuernavaca, México
*Blanca Rebeca Ramírez, Carla Filipe Narciso, Lisett Márquez López
y Rafael Mora López* 137

El proceso de neoliberalización en la gestión urbana local
y la institucionalización de Convenios Urbanísticos.
¿De la mercantilización a la captura del marco regulatorio urbano?
Natalí Peresini..... 165

3. Aristas de la producción de la ciudad desde lógicas no mercantiles

La compleja relación de la urbanización popular
con la mercantilización capitalista
Pedro Pérez 195

Hacia una definición sociológica de la informalidad urbana
Julio A. Calderón Cockburn 213

La resolución de la necesidad de vivienda en la periferia histórica
del Gran Santiago
Paula Rodríguez Matta..... 231

Produção comum do espaço: a construção teórica
de uma alternativa
Renan dos Santos Sampaio 253

PARTE II

Reflexiones epistemológicas y metodológicas sobre la producción de objetos de conocimiento en la investigación urbana

División intelectual del trabajo: de la generación del conocimiento
al colonialismo académico
Blanca Rebeca Ramírez 281

Ideologías coloniales, narrativas y percepciones populares persistentes de otredad etno-racial en las cambiantes dinámicas de exclusión urbana. Debates y evidencia sobre México, Colombia, Chile y Argentina <i>Javier Ruiz-Tagle y Carolina Aguilera</i>	305
Circulación de ideas de planificación urbana y de políticas urbanas en América Latina <i>Guillermo Jajamovich, Camila Saraiva y Gabriel Silvestre</i>	331

— PARTE I —

**LA RECONFIGURACIÓN DE LA
URBANIZACIÓN EN AMÉRICA LATINA
DURANTE LOS AÑOS DE HEGEMONÍA
NEOLIBERAL**

1.

**Perspectivas sobre los procesos del capital
y sus efectos urbano-territoriales**

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro¹ y Nelson Diniz²

FINANCEIRIZAÇÃO PERIFÉRICA, NEOEXTRATIVISMO E URBANIZAÇÃO DEPENDENTE NA AMÉRICA LATINA

INTRODUÇÃO: DEPENDÊNCIA E URBANIZAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Nosso objetivo é contribuir com uma agenda de pesquisa que vincule as hipóteses contemporâneas da financeirização, do neoextrativismo e da predominância do rentismo ao conceito de urbanização dependente, advindo do debate clássico, dos anos 1960-1970, acerca das transformações urbanas na América Latina. Buscava-se, então, compreender as particularidades da relação entre a industrialização tardia, impulsionada no ciclo desenvolvimentista, e a urbanização na região, que não repetia a dinâmica de crescimento das cidades dos países centrais. Esse debate sobre os fenômenos urbanos latino-americanos se deu em uma conjuntura intelectual específica: a da emergência de abordagens e matrizes de pensamento instituídas a partir da adesão ou das críticas ao arcabouço teórico cepalino, elaborado ao longo dos anos 1950. Acompanhando as reflexões que apontavam os limites desse arcabouço, surgiram, por exemplo, as diferentes teorias da dependência.

Há muita controvérsia ao redor das teorias da dependência. Mesmo assim, é possível discernir alguns consensos. Formuladas a partir dos anos 1960, elas ofereciam uma alternativa aos enfoques desenvolvimentistas, sobretudo diante do que Martins e Filgueiras (2018) denominam como a crise do desenvolvimento dependente e associado na América Latina. Para eles, essas teorias abriram espaço para uma reinterpretada-

1 Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ). Coordenador Nacional do Observatório das Metrôpoles (Brasil).

2 Professor do Departamento de Geografia (Educação Básica e Superior) do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro, Brasil). Pesquisador do Observatório das Metrôpoles.

ção das sociedades latino-americanas, enfatizando a economia mundial “como formadora das classes dominantes na região e articuladora de seus processos de desenvolvimento” (p. 445).

As teorias da dependência, em especial as de inspiração marxista, orientavam-se no sentido do questionamento das capacidades das classes dominantes latino-americanas, não só das oligarquias agrárias, mas do empresariado urbano-industrial, de superar a condição de subdesenvolvimento da região. Enquanto autores da tradição desenvolvimentista defendiam a hipótese da existência de burguesias nacionais aptas à condução, relativamente autônoma, do processo de industrialização, resultando no progresso técnico, econômico e social, as teorias da dependência assinalavam os limites dessa hipótese e sustentavam que o desenvolvimento latino-americano estava bloqueado pelo padrão de relações centro-periferia. Ainda que, em suas versões “associadas”, como a de Cardoso e Falleto (1984), a tensão em torno da viabilidade do desenvolvimento tenha adquirido outros contornos, sugerindo certa margem em benefício da América Latina. Tratava-se, na verdade, de confrontar dois tipos de elaboração teórica. De um lado, as teorias da modernização, que, segundo Martins e Filgueiras (2018), “pretendiam replicar, nas periferias, os padrões de desenvolvimento dos países centrais” (p. 445). De outro, as “teorias de desenvolvimento sob a liderança de uma burguesia nacional industrial, formuladas pelos Partidos Comunistas, pela CEPAL, ou pelo ISEB” (p. 445). Mas, enfim, o que importa dizer, em consonância com Mancilla (2020), é que essa conjuntura intelectual também foi marcada pelo advento dos estudos urbanos latino-americanos.

No que concerne a esse primeiro momento de produção intelectual a respeito dos fenômenos urbanos, pode-se destacar as contribuições de Gino Germani (1967; 1973). Apelando às teorias da modernização, o autor se preocupou com o papel das cidades no processo de transformação da América Latina, refletindo sobre seu funcionamento como mecanismo integrador no contexto da industrialização e do possível surgimento de sociedades desenvolvidas na região. Ademais, foi um dos pioneiros do debate sobre a marginalidade, definindo-a, conforme Mancilla (2020), “como a falta de participação de indivíduos e grupos nas esferas da sociedade” (p. 176, tradução nossa). Uma vez que a marginalidade era explicada nos termos da dualidade tradicional-moderno, à cidade, entendida como lócus da modernidade, caberia a função de integrar as massas marginalizadas na construção da sociedade moderna capitalista.

Quijano (1966), por sua vez, questionava essa concepção estrutural-funcionalista, propondo uma abordagem histórico-estrutural, que, na interpretação de Mancilla (2020), concentrava-se na “análise

da estrutura social e do mercado de trabalho, dado que seria a capacidade ou incapacidade de responder à demanda de força de trabalho o que explicaria a marginalidade” (p. 181, tradução nossa). Abordagem remetida, ainda segundo Mancilla (2020), às relações de dependência, que estariam na base da marginalização, pois “os países dependentes não seriam capazes de gerar uma demanda real de força de trabalho devido ao padrão internacional de incorporação na economia mundial” (p. 181, tradução nossa).

Na sequência dessas primeiras elaborações, diversas iniciativas, como pesquisas, seminários, simpósios etc., transpuseram as reflexões sobre os limites do desenvolvimentismo e a dependência para o campo dos estudos urbanos. Transposição que teve como marco a publicação, em 1973, das coletâneas de Marta Schteingart e Manuel Castells: *Urbanización y dependencia en América Latina* e *Imperialismo y Urbanización en América Latina*. Tudo isso estimulando um fecundo debate acerca não apenas da cidade como objeto específico de investigação, mas sobre o próprio conceito de dependência.

Castells (1973), por exemplo, estabeleceu que a dependência, ainda que referida à questão do poder entre sociedades e/ou Estados, não corresponde à simples capacidade dos mais fortes de submeter, desde fora, os mais fracos, e sim à articulação das relações de classe, de poder e de dominação entre dois tipos de formações sociais: as dependentes e as dominantes. Note-se, aqui, a necessidade de problematizar os argumentos de Castells (1973). Afirmar que a articulação da estrutura social e a organização das relações de classe, nas sociedades dependentes, encontram sua lógica fora delas não deve levar à negação da relevância explicativa do que ocorre em seu interior. E esse aspecto, a alegada negligência quanto à dinâmica interna das sociedades dependentes, constituiu um dos principais elementos da crítica às teorias da dependência. Então, cumpre reforçar que, mais do que instituída de “fora para dentro”, a dependência resulta da dialética das relações de classe, de poder e de dominação “no interior” e “entre” sociedades dependentes e dominantes. Mas, do nosso ponto de vista, esse aspecto não foi desconsiderado pelos autores que contribuíram para delimitar o debate sobre as relações entre urbanização e dependência. Quijano (1978), por exemplo, sustentava que as especificidades das matrizes histórico-sociais das sociedades latino-americanas cumpriam um papel decisivo na mediação dessas relações. Além disso, observava que a dependência se estabelece “quando as sociedades implicadas formam parte de uma mesma unidade estrutural de interdependência, dentro da qual um setor é dominante” (p. 78, tradução nossa). Ou seja, apesar de expressar a hegemonia das classes sociais das sociedades dominantes, as relações de poder nas sociedades dependentes também operam

segundo uma lógica própria, ainda que tenham que se acomodar aos imperativos da totalidade de relações de interdependência que vinculam esses dois tipos de sociedades.

Argumentos como os de Castells (1973) e de Quijano (1978), foram objeto de outros questionamentos, sobretudo por generalizar características que seriam próprias apenas de alguns países e por não escapar do dualismo tradicional-moderno. Entretanto, isso não compromete o que há de mais promissor, em termos teórico-metodológicos, nesses argumentos. Em primeiro lugar, a importância atribuída, nas reflexões sobre a urbanização, às relações de poder entre formações sociais no âmbito do sistema mundial. Ou seja, o esforço de abordar a urbanização em termos relacionais e totalizantes. Em segundo lugar, a ideia conforme a qual, para cada período de desenvolvimento, há um padrão de urbanização dependente, descrito em termos de formas e processos típicos, abrindo caminho, em nossa perspectiva, para a delimitação de ciclos de produção social do espaço urbano. Esses são os parâmetros de análise que se quer resgatar dessa discussão. Resgate que deve considerar críticas como a de Singer (1973), para quem a dependência é apenas “um entre os vários fatores que influenciam o desenvolvimento, a urbanização e a marginalização em sociedades como as da América Latina” (p. 312, tradução nossa). Em suma, estamos retornando a uma discussão clássica, cujo âmago foi descrito da seguinte maneira: “o processo de urbanização [...] não pode ser explicado, validamente, senão como parte da problemática mais ampla da sociologia da dependência (Quijano, 1978: 76-77, tradução nossa).

O retorno a essa discussão se justifica na medida em que, à semelhança do que caracterizou o debate anterior, a investigação dos nexos entre a atual fase de desenvolvimento do capitalismo e a urbanização latino-americana encontra um fecundo horizonte de reflexão nas relações de subordinação da periferia. Se países como o Brasil têm sido convertidos, como adverte Paulani (2013), não só em plataformas de exportação, mas em plataformas de valorização financeira, essa conversão resulta de mecanismos de subordinação que não são mais os associados à industrialização. Hoje, essas relações de dependência dizem respeito, principalmente, ao modo como os países periféricos são submetidos a tendências da fase de predominância do rentismo, como a financeirização e a reprimarização, que evidenciam novas e velhas formas de extrativismo e repercutem na produção do espaço. Assim, segue pertinente a afirmação de Castells e Vélez (1973), exposta na apresentação de *Imperialismo y urbanización en América Latina*: é necessário delimitar os diferentes processos sociais que constituem os países da América Latina em sua variedade e complexidade, mas, do mesmo modo, é indispensável ressaltar o que os “une em termos de

processo econômico-político: certa similitude no lugar que ocupam no sistema de relações do imperialismo” (p. 1, tradução nossa). Mas as determinações fundamentais desse lugar mudaram ao longo do tempo, exigindo um esforço de atualização, tanto factual quanto teórico.

Portanto, buscando fortalecer o pensamento teórico-crítico sobre a urbanização, pretendemos problematizar as transformações contemporâneas do capitalismo na América Latina, destacando aspectos relacionados ao poder e ao dinheiro em nível sistêmico. Consideraremos, primeiramente, a natureza dessas transformações nos marcos da globalização neoliberal, que deixou para trás o projeto de industrialização. Em seguida, demonstraremos a necessidade de enquadrar essas transformações numa compreensão da crise do capitalismo, que remonta aos anos 1970. Esse enquadramento se desdobrará na exploração de duas hipóteses recentes: a da dominância financeira e a da emergência do que tem sido denominado como neoextrativismo. Por fim, retomando o debate da urbanização dependente e recorrendo ao caso brasileiro, delinearemos tópicos que nos parecem centrais para o estabelecimento de uma agenda de pesquisa acerca da urbanização latino-americana.

1. DA INDUSTRIALIZAÇÃO TARDIA À GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL

Uma vez situado o debate clássico a respeito da urbanização dependente na América Latina, cabe estabelecer, mais uma vez, que a manutenção da validade teórico-analítica dos principais termos desse debate exige sua atualização à luz das transformações contemporâneas do capitalismo. Transformações que remontam ao esgotamento dos padrões de expansão material preponderantes, em nível sistêmico, do pós-Segunda Guerra ao início dos anos 1970. Transformações, enfim, que, dentre outras consequências, contribuíram para encerrar o ciclo desenvolvimentista latino-americano. Tudo isso, recorrendo às palavras de Arrighi ([1994] 2003), indicando que algo “de fundamental parece haver-se modificado [...] no modo como funciona o capitalismo” (p. 1). E não há dúvidas de que, ainda hoje, o funcionamento dos mecanismos de acumulação de poder e de capital está determinado pelos eventos e conjunturas que se sucederam desde então.

Existem muitas maneiras de identificar e problematizar essas transformações, e isso é verdadeiro tanto no que concerne ao capitalismo central quanto ao periférico. Por exemplo, no decorrer da década de 1990, e durante os primeiros anos do século XXI, predominaram as perspectivas que mobilizavam os conceitos de globalização e neoliberalismo.

No Brasil, a obra *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, de 1997, ilustra a centralidade desse tipo de abordagem. Como observam seus organizadores, a intenção foi a de reunir “um conjunto de ensaios que tem em comum sua mesma preocupação com os fenômenos a que se refere, genericamente, a palavra globalização” (Tavares e Fiori, 1997: 8). Resultado de um seminário cujo ponto de partida foi a releitura de um texto escrito, em 1985, por Maria da Conceição Tavares, intitulado *A retomada da hegemonia norte-americana*, a obra oferece, ainda conforme seus organizadores, “uma crítica comum não apenas à visão ingênua, apologética ou ignorante do processo de globalização, mas também uma militância crítica contra as políticas neoliberais” (p. 12). Seus capítulos analisam, primeiramente, as relações entre poder e dinheiro no sistema internacional, sublinhando o papel da diplomacia do dólar forte na retomada da hegemonia norte-americana a partir dos anos 1980. É o caso das contribuições de Tavares e Melin (1997). Na sequência, há uma ênfase na dominância financeira contemporânea, presente nos argumentos de Braga (1997). Por fim, cabe destacar como Medeiros (1997) busca compreender a inserção diferenciada de regiões como a Ásia e a América Latina nos circuitos de valorização da globalização. Ou seja, trata-se de um esforço coletivo que se ocupa das tendências de transformação do capitalismo, de sua dimensão geopolítica e de sua expressão tanto em espaços econômicos ascendentes, como a Ásia oriental, quanto em espaços cuja condição periférica foi inequivocamente reafirmada, como a América Latina. No que tange a essa espécie de bifurcação nos destinos da Ásia e da América Latina, é interessante considerar uma interpretação semelhante, a de Arrighi (2008), que também parte dos primeiros movimentos dos Estados Unidos para retomar sua hegemonia, na forma principal da denominada contrarrevolução monetarista.

O que Arrighi (2008) chama de contrarrevolução monetarista remete à ruptura com a política de déficits federais, flexibilidade monetária e negligência com o câmbio que constituíram o padrão de resposta dos Estados Unidos à recessão mundial pós-crise do petróleo de 1973. Na perspectiva do autor, embora tenha sustentado o crescimento da demanda nacional e internacional, esse padrão resultou na escalada da pressão inflacionária, em déficits nunca vistos no balanço de pagamentos norte-americano e no ataque especulativo ao dólar no final da década. E foi justamente como resposta a essas circunstâncias que ocorreu a virada para a contrarrevolução monetarista. Geralmente associada aos governos de Reagan e Thatcher, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, essa virada teve início no governo de Jimmy Carter, que, em 1979, promoveu a elevação sem precedentes da taxa de juros norte-americana (“choque Volcker”), reduzindo drasticamente o crédito

e a liquidez internacionais. Isso redundou em nova recessão mundial, forçou a reestruturação produtiva dos principais setores industriais das economias centrais, estimulou o deslocamento sistêmico de capitais da esfera da valorização produtiva para a esfera da valorização financeira e, por fim, abriu caminho para o ajuste estrutural das economias centrais e periféricas, com destaque para o caso dos países latino-americanos, que se viram incapazes de lidar com o problema do endividamento externo e forçados a aderir ao Consenso de Washington.

Foi a partir da crise da dívida externa, nos anos 1980, que teve início, na América Latina, a substituição do projeto desenvolvimentista pelo projeto de inserção competitiva nos circuitos da globalização neoliberal, que tendeu a reafirmar a dependência e a condição periférica da região. Por reafirmação da condição periférica, nas circunstâncias históricas acima resumidas, entenda-se o seguinte: mesmo a suposta margem de decisão e autonomia nacional, ou de dinamismo econômico parcial, na forma de um desenvolvimento capitalista dependente e associado, que teria existido no período desenvolvimentista, foi totalmente revertida com a globalização. Para Martins (2011), isso ajudaria a explicar a própria aproximação de Fernando Henrique Cardoso, tanto como intelectual quanto como político e presidente do Brasil, ao neoliberalismo nos anos 1990. Isto é, se no passado perspectivas como as de Cardoso e Falleto (1984) já assinalavam o dilema da margem reduzida de autonomia para o desenvolvimento no capitalismo periférico, o que implicaria, necessariamente, em um projeto de associação ao capitalismo central, no contexto da globalização, haveria ainda menos espaço para cogitar rupturas e projetos alternativos. A única saída, então, seria a adesão ao neoliberalismo. No entanto, essa não foi a única leitura corrente na passagem do século XX ao XXI. Autores como Martins (2011), tributários da tradição da teoria marxista da dependência, formularam esse dilema de outra maneira.

Segundo Martins (2011), a globalização atualizou e/ou inaugurou uma série de limites ao desenvolvimento latino-americano, os quais, se não fossem superados, constituir-se-iam em significativos obstáculos à soberania da região. Em sua opinião, isso é verdadeiro não só para os anos 1990, de estagnação econômica, mas também para a fase de crescimento aberta na primeira década do século XXI. No que tange a essa fase, o autor se refere, por exemplo, à continuidade da diminuição da participação da indústria no PIB da América Latina. Trata-se, de fato, de uma fase de expressivo crescimento, coincidente com a ascensão de governos de centro-esquerda e esquerda na região e com uma conjuntura internacional excepcionalmente favorável, que converteu a China em importante parceiro comercial. Mas, como dito, ela também esteve marcada por tendências que reforçaram a depen-

dência latino-americana. Dentre elas, destaca-se a reprimarização, que acompanhou a mencionada redução da participação da indústria no PIB. Nas palavras do autor:

A expansão econômica da América Latina a partir de 2003 apresentou pela primeira vez desde 1980 crescimento econômico *per capita* equivalente à economia mundial. Redirecionou-se o eixo geopolítico de crescimento para o Pacífico e a China, tornando-se menos dinâmico o vinculado aos Estados Unidos. O eixo de expansão para a China gera, entretanto, muitas incertezas quanto a sustentabilidade de seus resultados. Esse processo tem sido acompanhado de forte reprimarização da pauta exportadora. (Martins, 2011: 322)

Ao lado da desindustrialização e da reprimarização, Martins (2011) sublinha outras tendências, como a desnacionalização e a financeirização, que, reunidas, aprofundariam a superexploração do trabalho, proporcionariam baixo crescimento econômico, resultariam em vulnerabilidades políticas e sociais, além de afetar o equilíbrio ecológico na América Latina. Tudo isso articulado “a uma diretriz de expansão do sistema mundial que é decadente e está em crise civilizatória” (p. 341), demandando, assim, a construção de um novo padrão de desenvolvimento, orientado pela ruptura com essas tendências.

Mas o que se quer destacar é que o debate sobre as mudanças do capitalismo na América Latina tem levado, mais recentemente, à ênfase em torno de temas como a dominância financeira e a reprimarização. Isso explica a difusão de interpretações e hipóteses que, sem ignorar o acúmulo dos debates anteriores, recorrem sobretudo aos conceitos de financeirização e de neoextrativismo. Neste artigo, é a partir delas que se vislumbra a possibilidade de atualizar os termos da urbanização dependente, propondo novos horizontes de pesquisa para o campo dos estudos urbanos e, ao mesmo tempo, valorizando a tradição do pensamento crítico latino-americano. No entanto, antes de considerá-las, defende-se que as mudanças em curso devem ser abordadas à luz da crise sistêmica do capitalismo.

2. A AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO DA CRISE SISTÊMICA DO CAPITALISMO

Como já sugerido, um conjunto de transformações, iniciadas nos anos 1970, indicam que algo de fundamental modificou-se no funcionamento do capitalismo, ao menos quando se compara esse novo período com o do pós-Segunda Guerra. Desde então, o debate a respeito delas abriu caminho para variadas interpretações. Considere-se, por exemplo, a perspectiva de David Harvey, amplamente difundida no campo dos estudos urbanos.

2.1. A CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO À LUZ DA TEORIA DOS AJUSTES ESPAÇO-TEMPORAIS

Harvey (2011) afirma que a crise contemporânea resulta das respostas encontradas para uma crise anterior, justamente a dos anos 1970. Seu argumento ressalta a pressão menos constante da “superacumulação” e a necessidade de absorção dos excedentes de capital, que contribui para estabilizar as contradições da acumulação capitalista. Trata-se de um argumento que remonta a obras anteriores, sobretudo *Os limites do capital*, em que Harvey ([1982] 2013) afirma que a busca “pela mudança tecnológica produtora de mais-valor, quando associada ao imperativo social da ‘acumulação pela acumulação’, produz um excedente de capital com relação às oportunidades de empregá-los” (p. 268). Nessas circunstâncias, há um “estado de superprodução do capital”, que “é chamado de ‘superacumulação de capital’” (p. 268). Acompanhando Marx, o autor sustenta que, caso não existam alternativas lucrativas de investimento, “a tendência à superacumulação deve ser contrabalançada pelos processos que eliminam da circulação o capital excedente” (p. 268). E diz que esses “processos podem ser examinados sob o título de ‘a desvalorização do capital’” (p. 268). Em suma, quando o capital excedente não é absorvido em novas frentes de investimento, a desvalorização —no limite, a destruição— do capital e as crises se tornam mecanismos fundamentais de racionalização das contradições da acumulação capitalista.

Além disso, a perspectiva de Harvey (2011) é influenciada por outra proposição de Marx: as contradições do capitalismo, os obstáculos e barreiras a sua expansão, uma vez superados, são recolocados sob novas formas e de modo tão ou mais crítico. Essa proposição contribui, por sua vez, para o entendimento do cerne da teoria dos ajustes espaço-temporais:

A sobreacumulação [...] representa uma condição de excedentes de trabalho [...] e excedentes de capital. [...] Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimentos em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (Harvey, 2005: 93-94)

Isso não pode ser feito sem que o sistema de crédito assuma centralidade e complexidade cada vez maiores. No entanto, ao ser mobilizado, esse sistema amplia e agrava as contradições anteriores, que foram

deslocadas temporal e/ou espacialmente. Por exemplo, investimentos em capital fixo de larga escala e grande durabilidade, via sistema de crédito, imobilizam capitais, tornando-os suscetíveis a crises de desvalorização. As expectativas de retorno desses investimentos podem ser convertidas em capitais fictícios, na forma de títulos que circulam de modo autônomo frente aos investimentos iniciais, ou seja, frente aos capitais adiantados e mesmo aos capitais já em processo de valorização. Todavia, a maior liquidez desses títulos não elimina o fato de que os investimentos precisam ser bem-sucedidos, em outros termos, de que os capitais adiantados necessitam ser efetivamente realizados para que esses mesmos títulos tenham alguma correspondência com o mundo do valor e do mais-valor. Se isso não ocorre, eles se convertem em pura ficção, em papéis que não representam riqueza real. De onde pode nascer todo tipo de descompassos entre o que acontece, de um lado, na esfera da valorização produtiva e o que é próprio, de outro lado, da esfera da valorização financeira, cuja autonomização, antes de resolver, acentua as tendências de crise.

Em suma, pode-se dizer que o ajuste das crises e contradições do capitalismo é viável, mas limitado no tempo e no espaço. E é desse modo, tomando o caso dos Estados Unidos como referência, que Harvey (2011) sustenta que a hipertrofia financeira e o incremento das dívidas públicas e privadas, descritos, cada vez mais, em termos de financeirização, funcionaram como soluções para a crise dos anos 1970, com repercussões na geografia histórica do capitalismo, mas estiveram na origem da crise de 2007-2009. Ou seja, as contradições foram postas, parcialmente superadas, mas, por fim, foram repostas.

Também é possível recorrer à teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação (Arrighi, [1994] 2003) para vincular o funcionamento e a crise do capitalismo contemporâneo à crise e à corrente de acontecimentos e conjunturas que caracterizaram o capitalismo pós-1970. Essa teoria é particularmente importante, para os nossos objetivos, porque situa as relações de poder no centro da interpretação do capitalismo, o que nos parece totalmente compatível com o esforço de atualização do debate sobre urbanização e dependência, no âmbito do qual tanto o nível sistêmico quanto as relações de poder são igualmente importantes.

2.2. A CRISE DO CAPITALISMO À LUZ DA TEORIA DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Para Arrighi ([1994] 2003), a atual fase de expansão financeira, iniciada nos anos 1970, possui precedentes que remontam ao final do século XIV, quando “foram delineados os aspectos fundamentais de todas as expansões financeiras posteriores” (p. 90). Ao analisar essas expansões,

ampliando a fórmula geral do capital de Marx, Arrighi define do seguinte modo o padrão dos chamados ciclos sistêmicos de acumulação:

O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos [...] nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD'). ([1994] 2003: 6)

O autor identifica quatro ciclos sistêmicos de acumulação: i) o ciclo genovês, do século XV ao início do XVII; ii) o holandês, do fim do século XVI até a maior parte do XVIII; iii) o britânico, da segunda metade do século XVIII até o princípio do XX; e iv) o norte-americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira. A partir do ciclo holandês, começa a correspondência entre os ciclos sistêmicos de acumulação e a ascensão, plena expansão e queda das hegemonias no sistema mundial; ascensão e queda que indicam momentos de reestruturação sistêmica. E é importante destacar, ainda, que as reestruturações sistêmicas atribuem sentido à concepção do “capitalismo histórico como sistema mundial”, utilizada por Arrighi ([1994] 2003), pois sugerem exatamente isso: um sistema submetido a ritmos cíclicos, mas, ao mesmo tempo, a contingências históricas capazes de transformar sua natureza, influenciando, no extremo, a própria maneira como se manifestam esses ritmos cíclicos. Nesses termos, apesar do caráter sistêmico-estrutural dessa concepção, as determinações de última instância são histórico-contingenciais.

Mas o que importa é como a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação vincula a crise dos anos 1970 à atual crise do capitalismo. Conforme essa teoria, a passagem das fases de expansão material para as fases de expansão financeira é marcada por uma “crise sinalizadora”, na qual “o agente principal dos processos sistêmicos de acumulação começa a deslocar seu capital do comércio e da produção, em quantidades crescentes, para a intermediação e a especulação financeira” (p. 220). De acordo com Arrighi:

Essa passagem é a expressão de uma “crise”, no sentido de que marca um “ponto decisivo”, um “momento crucial de decisão”. Através dessa mudança, o principal agente dos processos sistêmicos de acumulação de capital revela uma avaliação negativa da pos-

sibilidade de continuar a lucrar com o reinvestimento do capital excedente na expansão material da economia mundial, bem como uma avaliação positiva da possibilidade de prolongar sua liderança/dominação, no tempo e no espaço, através de uma especialização maior nas altas finanças. Essa crise é o “sinal” de uma crise sistêmica subjacente mais profunda, que, no entanto, a passagem para as altas finanças previne temporariamente. Na verdade, a passagem pode fazer mais que isso: pode transformar o fim da expansão material num “momento maravilhoso” de renovação da riqueza e do poder. ([1994] 2003: 220)

No entanto, como no argumento de Harvey (2011; [1982] 2013), essa crise pode ser resolvida apenas temporariamente. Nos termos de Arrighi ([1994] 2003), isso foi feito, ao longo do tempo, justamente na forma da financeirização, da especialização na esfera da valorização financeira, que, inclusive, prolonga e aumenta os poderes dos agentes governamentais e empresariais promotores da expansão material precedente. Considere-se, para contextualizar essa perspectiva, o caso do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano.

A contrarrevolução monetarista e a diplomacia do dólar forte cumpriram esse papel. No campo econômico, permitiram a recentralização da liquidez mundial pelos Estados Unidos, que mantiveram suas prerrogativas de regulação do dinheiro mundial, a despeito do colapso dos mecanismos de Bretton Woods. Assim, após o choque Volcker, os principais agentes governamentais e empresariais norte-americanos reposicionaram-se no topo da hierarquia do sistema financeiro internacional. E, ao fazê-lo, beneficiaram-se dessa posição, que parecia ter sido perdida com o incremento do mercado de eurodólares no final dos anos 1960.

No campo militar, a financeirização permitiu que os Estados Unidos tivessem acesso, nos anos 1980, aos recursos que viabilizaram uma escalada da corrida armamentista típica da Guerra Fria. Incapaz de mobilizar recursos semelhantes, a União Soviética foi derrotada. O colapso do bloco soviético e a demonstração de força na Guerra do Golfo (1990-1991) contribuíram para reverter a “síndrome do Vietnã”, que havia posto em questão o poder do aparato bélico estadunidense. Reversão que se estendeu ao menos até a invasão do Afeganistão, em 2001, e os primeiros momentos da segunda Guerra do Golfo (2003-2011). A vitória no campo militar, por seu turno, não só fez parecer que os Estados Unidos não tinham inimigos à altura, como fortaleceu a sustentação de sua via de desenvolvimento e crescimento econômico global, atualizada e sintetizada na forma do Consenso de Washington, como a única via possível e desejável. E isso, por fim, fez parecer que a hegemonia estadunidense, isto é, sua liderança moral e intelectual

sobre o sistema mundial estava definitivamente restabelecida. Entretanto, como já sugerido e, mais uma vez, à semelhança do argumento de Harvey (2011), as contradições próprias da crise sinalizadora norte-americana não foram definitivamente eliminadas, pois os ajustes possíveis são sempre limitados no tempo e no espaço. Essas contradições não desaparecem no que Arrighi ([1994] 2003; 2008) chama de *belle époque* das hegemonias, momentos de “colheita dos frutos” da expansão material, que coincidem com o início das fases de expansão financeira. Em resumo: a superação da crise sinalizadora não estabelece solução permanente para a crise sistêmica subjacente.

Em *O longo século XX*, o autor afirma que ainda não havia ocorrido a crise terminal da via de desenvolvimento norte-americana. No entanto, em *Adam Smith em Pequim*, obra posterior, Arrighi (2008) assinala a “crise terminal da hegemonia” dos Estados Unidos, cujo poder passaria a ser exercido na forma da dominação pura: uma “dominação sem hegemonia”, resultante do fracasso do Projeto para o Novo Século Norte-Americano, do esvaziamento da política de “guerra ao terror” e das dificuldades na segunda Guerra do Golfo, responsáveis por reavivar a síndrome do Vietnã. Tudo isso não apenas minando a hegemonia dos Estados Unidos, mas facilitando a ascensão econômica da Ásia oriental, da China em particular. Ascensão que poderia converter esse país no centro dinâmico de uma nova sociedade mundial de mercado, cujos valores seriam distintos dos que caracterizaram o caminho ocidental de desenvolvimento. Em síntese, o retorno da síndrome do Vietnã, após o fracasso militar no Iraque, tornou ainda mais evidente outra síndrome, que já era objeto de atenção nos meios políticos, acadêmicos e militares norte-americanos: a “síndrome da China”.

Adam Smith em Pequim foi publicado antes da crise financeira global de 2007-2009. No entanto, não há dúvidas de que seus argumentos principais são decisivos para compreender os ritmos e as dinâmicas da acumulação capitalista e da geopolítica mundial que emergiram desde então. Argumentos tanto mais importantes porque foi justamente a partir dessa crise que a China reforçou a projeção internacional dos seus poderes e renovou-se o debate sobre a crise da hegemonia norte-americana. Trata-se do advento de circunstâncias que nos levam a defender a centralidade de dois processos aparentemente contraditórios que incidem sobre os destinos e os caminhos do desenvolvimento dos Estados do Sul global, em particular da América Latina. Referimo-nos à aparente contradição entre, de um lado, a via da financeirização das economias latino-americanas, cujas origens remontam ao Consenso de Washington, e, de outro lado, a via do neoextrativismo, que, segundo Svampa, sugere a emergência de um novo consenso, o “das Commodities”:

O consenso das commodities é um processo complexo, rápido e recursivo e deve ser lido de várias perspectivas. Do ponto de vista econômico, envolveu um processo de “reprimarização” das economias latino-americanas, enfatizando sua reorientação para atividades principalmente extrativistas ou baseadas em rendas [...] Na visão dos governos progressistas que o apoiam, o consenso das commodities está associado à ação do Estado como produtor e regulador, bem como ao financiamento de programas sociais para os mais vulneráveis a partir da renda extrativista. (2015: 65-67, tradução nossa)

Note-se que a literatura a respeito do neoextrativismo surgiu num momento de predominância de governos progressistas na América Latina. De todo modo, ela capta tendências das transformações das economias latino-americanas, como a reprimarização, que seguem em vigor, a despeito da mudança de caráter dos governos em grande parte da região. Mais importante ainda é considerar que essas tendências se manifestam em uma fase de reestruturação sistêmica, em que a velha ordem mundial, a do imediato pós-Guerra Fria, não foi totalmente destruída e a nova, a do pós-11 de setembro e, acima de tudo, do pós-crise de 2007-2009, ainda não se estabeleceu plenamente. E, além do mais, num período em que não é evidente se e/ou quando essa nova ordem pode ser instaurada, ou se o sistema mundial ingressou numa etapa de prolongado caos sistêmico (Arrighi, [1994] 2003), quer dizer, uma situação de demanda de ordem não atendida ou difícil de ser atendida no curto prazo.

Em nossa opinião, não há, hoje, um Estado ou grupo de Estados capaz de atender a essa demanda de ordem, apto a alegar que suas ações são realizadas não em nome dos seus interesses, mas dos interesses “universais”. Mesmo porque isso exige credibilidade e capacidade de mobilizar consenso em torno dessa alegação, além do consentimento para agir na real ou suposta intenção de defender esses interesses ditos universais. E esse não parece ser o caso na atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Portanto, parece mais plausível a hipótese do caos sistêmico prolongado, o que dá ensejo à seguinte questão: qual é o lugar da América Latina nesse caos sistêmico?

2.3. A PREDOMINÂNCIA DO RENTISMO E O LUGAR DA AMÉRICA LATINA NO CAOS SISTÊMICO

As mudanças em curso no capitalismo latino-americano estão determinadas, em nossa perspectiva, por dois processos fundamentais, que assumem relevância cada vez maior e que podem levar à suposição da existência de duas vias distintas, e mesmo contraditórias, de expansão da acumulação capitalista. Há, em primeiro lugar, a via da financeiri-

rização, típica da fase financeira do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, e que deve ser contextualizada para ressaltar as características que esse processo manifesta na América Latina. Para tanto, adota-se aqui a abordagem de Kaltenbrunner e Paineira (2021). De acordo com ela, ainda que revelem tendências análogas à financeirização das economias centrais, as recentes transformações financeiras das economias latino-americanas possuem especificidades e se originam, principalmente, de sua integração subordinada ao sistema monetário e financeiro global. Como observam os autores, a inserção internacional da América Latina foi tradicionalmente analisada, por vertentes como o estruturalismo cepalino e as teorias da dependência, recorrendo às relações comerciais e aos investimentos estrangeiros diretos. A partir desse recurso, formulavam-se questões sobre as capacidades de autonomia e de desenvolvimento da região. Mas, atualmente, as relações comerciais e os investimentos estrangeiros diretos foram complementados pelo crescimento dos mercados financeiros globais e pela integração dos países emergentes nesses mercados. Além disso, Kaltenbrunner e Paineira (2021) afirmam que, “à semelhança de sua integração nos mercados de produtos, essas relações financeiras se caracterizaram pela dependência, a subordinação e as hierarquias” (p. 158, tradução nossa). Isso posto, interpretam a subordinação financeira à luz da literatura sobre a estrutura hierárquica do sistema monetário internacional, mobilizando, ainda, o conceito marxista de dinheiro mundial e contribuições tanto da economia política internacional quanto do enfoque pós-keynesiano.

Articulando esses diferentes referenciais, os autores demonstram como, entre 2000 e 2013, cresceram os fluxos de capitais em direção às economias emergentes, o que resultou, por sua vez, no acentuado incremento das reservas internacionais, especialmente em dólares, acumuladas nessas economias. No que concerne à América Latina, sobressai o exemplo do Brasil, cujas reservas aumentaram de 50 bilhões de dólares, em 2004, para 364 bilhões, em 2014. Mas, ao contrário do que se pode imaginar, uma vez que o incremento de reservas permite que os países da periferia façam frente a súbitas fugas de capital, os argumentos de Kaltenbrunner e Paineira (2021) sugerem que esse padrão de acumulação de divisas reforçou o caráter hierárquico do sistema monetário e financeiro global. Isso porque, nesse movimento, os países centrais encontraram oportunidades para impor a canalização de sua excessiva liquidez, bem além das reais necessidades dos países emergentes, cujas economias foram submetidas, cada vez mais, a uma lógica de curto prazo.

Trata-se, nos termos deste artigo, de um ajuste espaço-temporal das contradições da acumulação capitalista, cada vez mais financeirizada nos países centrais, que, no período mencionado, deslocaram para

a periferia parte de sua liquidez excessiva. Algo tanto mais decisivo quando se considera que, na ausência dessa alternativa, a absorção da referida liquidez teria sido muito mais difícil. De todo modo, o importante é ressaltar como, do ponto de vista de Kaltenbrunner e Paineira (2021), o movimento de capitais internacionais que levou a esse padrão de acumulação de reservas nos países emergentes teve repercussões internas, principalmente na estrutura e no comportamento dos bancos. Para eles, o movimento geral de capitais em direção ao Brasil (caso de que se ocupam, mas que encontra semelhanças em outros países latino-americanos) contribuiu para modificar o perfil dos empréstimos bancários no país, à medida que os “empréstimos de longo prazo (arriscados) para o setor produtivo foram substituídos por empréstimos para famílias (menos arriscados) de curto prazo” (p. 175, tradução nossa). Com isso, o “crédito à indústria” ou, de modo mais abrangente, o financiamento geral das empresas não financeiras assumiu, cada vez mais, os contornos da desintermediação bancária, tornando essas empresas “muito ativas nos mercados financeiros” (p. 183, tradução nossa). Kaltenbrunner e Paineira (2021) exploram, em especial, a participação das empresas não financeiras no mercado de derivativos.

Mas também é importante considerar, em segundo lugar, a via do neoextrativismo. Ou seja, a via que se manifesta, à primeira vista, na forma da demanda crescente por *commodities* e outros bens primários produzidos na América Latina. Demanda fundada, na passagem do século XX ao XXI, na expansão material da economia global, impulsionada especialmente pelo crescimento chinês. No entanto, o que poderia parecer uma contradição entre essa via e a anterior, e mesmo entre o extrativismo clássico e o neoextrativismo, só existe, em nossa opinião, na superfície. A passagem abaixo, que se refere à distinção mais comum entre esses dois tipos de extrativismo, ajuda a compreender o que está em questão:

Os termos extrativismo e neoextrativismo estão intimamente ligados à crítica do ressurgimento de um modelo econômico e de crescimento capitalista voltado para a extração e exportação de matérias-primas, que tem sido perseguido em muitos países latino-americanos desde a virada do milênio. Autores como Eduardo Gudynas, Alberto Acosta e Maristella Svampa usam o conceito de extrativismo para se referir à predominância de atividades econômicas que se baseiam principalmente na extração de recursos e na valorização da natureza sem políticas distributivas, enquanto o termo neoextrativismo está vinculado aos governos nacionais que usam a receita excedente das atividades extrativas para combater a pobreza. (Brand, Dietz e Lang, 2016: 129-130, tradução nossa)

Nos termos deste artigo, se há, de fato, diferenças entre o extrativismo clássico e o neoextrativismo, elas não deveriam ser buscadas numa ruptura com o histórico de subordinação da América Latina, pois, apesar do debate que se pode estabelecer a respeito de seus maiores ou menores efeitos redistributivos, a dinâmica do neoextrativismo antes reforça do que diminui as condições de dependência. Assim, adotamos as abordagens de Gago e Mezzadra (2017), Mezzadra e Neilson (2015; 2019) e Arboleda (2021), cujo sentido geral não é o de demonstrar a oposição entre o velho e o novo extrativismo, mas investigar como as finanças, o extrativismo e, além do mais, a logística estão fortemente articulados. Essas abordagens propõem que as reflexões sobre o conceito de extrativismo devem ir além da centralidade dos mercados de commodities, além do sítio propriamente dito de extração e dos circuitos ligados às atividades primário-exportadoras, buscando os vínculos dessas atividades com os circuitos da logística e das finanças. E é nesse sentido que se sugere outro conceito de neoextrativismo, assinalando que as conexões entre extração, logística e finanças abrem espaço para que um conjunto de operações do capital sejam identificadas como operações de extração. Gago e Mezzadra (2017), por exemplo, mencionam casos que variam dos rendimentos extraídos de complexas cadeias de produção do agronegócio, da mineração de dados (“*data mining*”) à extração de rendas de classes populares, por intermédio do endividamento, destacando, ainda, a captura de rendas urbanas, no contexto de processos de gentrificação. Tudo isso, enfim, correspondendo à generalização, ao transbordamento, da lógica extrativista, que passaria a se manifestar nos mais diversos âmbitos da vida econômica e social. Para nós, quando se apela a esse tipo de abordagem, o que se evidencia é um complexo jogo que vincula a criação de valor à extração de valor, esse último processo assumindo a forma de múltiplas modalidades de captura de rendas.

Em síntese, o debate em torno do neoextrativismo ou do conceito ampliado de extrativismo mobiliza o que Mezzadra e Neilson (2015; 2019) definem como “operações de extração do capital”, que envolvem a captura de recursos, de rendas, de excedentes etc. Operações cujos atributos indicam, segundo Gago e Mezzadra (2017), os seguintes aspectos: i) a extração não pode ser reduzida às operações ligadas à produção de matérias-primas; ii) o conceito de extração supõe a exterioridade do capital frente ao trabalho vivo e à cooperação; e iii) a extração não pode ser associada, exclusivamente, aos espaços rurais ou não urbanos.

Trata-se, em nossa perspectiva, de um debate que reúne questões e argumentos semelhantes aos de Paulani (2016), para quem a atual fase de desenvolvimento do capitalismo é caracterizada, principalmente, pela exterioridade do capital e pela predominância do rentismo, ou

seja, dos rendimentos derivados da propriedade frente aos rendimentos oriundos da produção. A autora defende que, atualmente, o poder dos capitalistas está cada vez mais fundado no “pagamento de rendas, sejam elas provenientes da exploração de recursos naturais, da criação de monopólios, da existência de diferenciais de produtividade, ou das mais diferentes formas de *rent seeking*” (p. 526). Assim, sua abordagem evidencia como o rentismo se tornou “constitutivo do processo de acumulação, e não um ‘pecado contra a acumulação’” (p. 526).

Do nosso ponto de vista, esse é o caminho para resolver a aparente contradição entre as duas vias mencionadas: a da financeirização e a do neoextrativismo. Contradição que conduz à proposição da existência de dois consensos distintos, que moldariam de maneira diversa as possíveis trajetórias do desenvolvimento latino-americano: o Consenso de Washington e o Consenso das Commodities. Ao recorrer à interpretação de Paulani (2016), defendemos que é possível aproximar esses dois processos em função do que eles têm em comum: ambos se vinculam à predominância do rentismo, típica do capitalismo contemporâneo e que se impõe, crescentemente, sobre a América Latina. Algo tanto mais verdadeiro à medida que a globalização redunde em caos sistêmico, aumentando as pressões competitivas e os conflitos no sistema mundial. Quer dizer, segundo nossa hipótese, na ausência de alternativas, o rentismo seguirá sendo a força principal que determina o lugar subordinado da América Latina nessa fase de caos sistêmico. É o que se observa, por exemplo, no caso brasileiro, cujas modalidades prioritárias de inserção nos circuitos globais de acumulação, ainda conforme Paulani (2013), estão condicionadas, por um lado, pela conversão do país em plataforma internacional de valorização financeira e, por outro, pela reprimarização de sua pauta de exportações. Mas o que, afinal de contas, a predominância do rentismo sugere em termos de agenda de pesquisa sobre a urbanização latino-americana?

3. A URBANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA NO CONTEXTO DA PREDOMINÂNCIA DO RENTISMO: TÓPICOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Até aqui, oferecemos um conjunto de reflexões acerca das atuais mudanças no funcionamento do capitalismo, enfatizando suas repercussões e manifestações na América Latina. Longe de esgotar o debate, buscamos destacar temas, conceitos e abordagens cuja circulação é ainda relativamente restrita no campo dos estudos urbanos. Se é verdade, por exemplo, que a financeirização —do território, das cidades etc.— tornou-se um dos objetos mais difundidos nas pesquisas urbanas, perspectivas seminais desse processo continuam pouco exploradas. É o caso das contribuições de Giovanni Arrighi, que, como visto, operam na longa

duração e em nível sistêmico, assinalam a recorrência da dominância financeira e ressaltam as relações de poder constitutivas da acumulação de capital. Quando não se recorre a contribuições como essas, fica comprometida, por exemplo, a capacidade de superar o presenteísmo e o nacionalismo metodológico que predominam nos estudos urbanos contemporâneos.

Além de fazer circular essas ideias, de enquadrar as transformações latino-americanas na crise sistêmica do capitalismo e de sugerir o desdobramento da globalização neoliberal em um caos sistêmico mais ou menos prolongado, nosso esforço mobiliza, ainda, outros temas, conceitos e perspectivas igualmente promissores. É o caso da atenção voltada para o debate em torno do neoextrativismo e de nossa síntese, que propõe que tanto esse processo quanto o anterior, a financeirização, devem ser vinculados ao rentismo, traço marcante da atual fase de desenvolvimento do capitalismo. Assim, retomando o conceito de urbanização dependente e os temas que giram ao seu redor, defendemos que as pesquisas urbanas e metropolitanas se orientem pelo acúmulo da tradição crítica latino-americana, atualizando a ideia segundo a qual os processos de produção social do espaço estão vinculados, na América Latina, tanto às peculiaridades de suas formações sociais quanto à integração subordinada dos países da região no sistema mundial. Pretendemos, portanto, resgatar os termos desse debate clássico, cuja hipótese diretriz, na perspectiva de Castells (1973), enfatizava a “articulação de formas espaciais derivadas dos diferentes tipos de dominação que marcaram a história do continente” (p. 7-8, tradução nossa). Naquele momento, o autor propunha a existência de três tipos de dominação: a colonial, a capitalista-comercial e a imperialista (industrial e financeira). Não poderíamos, por extensão, sugerir, mesmo que provisoriamente, a ideia de uma dominação rentista? Ou melhor, não poderíamos falar de dominação rentista-extrativista, uma vez que o que define esse tipo de dominação é, acima de tudo, a extração de valor e a captura de rendas nos mais diversos circuitos de acumulação? Enfim, é com base em termos e questões como essas e considerando o caso brasileiro que sustentamos a necessidade de uma agenda de investigação que se ocupe, principalmente, dos seguintes tópicos.

3.1 QUESTÃO REGIONAL E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

A questão regional brasileira foi tradicionalmente formulada em torno da temática dos desequilíbrios entre as partes do território nacional, resultantes do desenvolvimento social e espacialmente desigual da industrialização. Esse padrão de desenvolvimento desigual foi objeto de políticas de planejamento e de iniciativas de integração, na forma principal do estabelecimento de superintendências de desenvolvimento

regional, como foi o caso da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959. No entanto, a partir do experimento neoliberal dos anos 1990, a abertura da economia brasileira ao mercado externo, as privatizações e o abandono das políticas de desenvolvimento regional, dentre outros fatores, explicam por que autores como Pacheco (1998) identificaram tendências à fragmentação do território nacional, oriundas da inserção ativa do país na globalização e da reestruturação produtiva que lhe acompanhou. Mais adiante, a retomada das políticas regionais e a consequente tentativa de redistribuição espacial dos recursos nacionais, em razão do experimento neodesenvolvimentista, teriam contrabalançado as tendências à fragmentação.

Seja como for, a natureza preponderantemente rentista e extrativista da atual fase de dependência econômica do país, que se aprofunda à medida que a globalização se converte em caos sistêmico, parece autorizar o resgate da hipótese da fragmentação do território. Em nossa opinião, isso se justifica em virtude do impulso renovado à inserção diferenciada de suas regiões nos distintos circuitos de extração que operam contemporaneamente, o que permitiria retornar, inclusive, ao debate clássico sobre as economias de enclave. Há que considerar, igualmente, as formas como a logística e as distintas mediações escalares vinculam, sem necessariamente integrar, esses fragmentos do território, tanto nacionalmente quanto no âmbito das cadeias globais de valor.

3.2. REDE URBANA E NOVOS PADRÕES DE URBANIZAÇÃO

Ao menos desde os anos 1980, vários estudos vêm apontando tendências de transformação e complexificação da rede urbana brasileira, em relação ao padrão conformado no auge do projeto de industrialização por substituição de importações. Padrão descrito em termos de macrocefalia. Em geral, essas tendências urbanas são consideradas a partir do processo de desconcentração industrial, que teria, no mínimo, relativizado a situação anterior de predominância de metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo.

Para Diniz (2002), por exemplo, a reversão da polarização industrial, sobretudo da área metropolitana de São Paulo, iniciada na segunda metade dos anos 1960, mas acelerada na década de 1990, pode ser explicada levando-se em conta as seguintes razões: i) deseconomias na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; ii) ações do Estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção de infraestrutura; iii) busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização industrial e dos serviços; iv) unificação do mercado, potencializada pelo desenvolvimento da infraestrutura de transportes e comunicações;

e v) efeitos locacionais da competição interempresarial. Tudo isso resultando na emergência de uma nova configuração urbana, marcada justamente pela perda de influência das regiões metropolitanas primazes, a expansão das metrópoles de segundo nível e o crescimento das cidades de porte médio.

Para nós, é bastante provável que as atuais relações de dependência no Brasil e na América Latina reforcem essas tendências de modificação e complexificação da rede urbana, à medida, por exemplo, que se exacerba o processo de desindustrialização e aumentam as pressões sobre as fronteiras agrícolas e minerais. Sendo assim, como ficam as principais aglomerações urbanas diante não só da desconcentração, mas do declínio da participação da indústria no PIB do país? Além disso, que tipo de rede urbana tende a se impor no contexto do advento de padrões de produção social do espaço identificados com expressões tais como cidades do agronegócio, cidades mineradoras e urbanização logística, dentre outras?

3.3. RECONFIGURAÇÃO DA ECONOMIA URBANA

A desindustrialização brasileira, associada à reprimarização e ao aprofundamento da dominância financeira, impõe a necessidade de reconstrução do quadro teórico e das hipóteses com as quais nos interrogamos sobre os nexos entre o processo de metropolização e a constituição dos distintos circuitos da economia urbana. No início desse processo, em meados dos anos 1950, o Brasil ocupava uma posição periférica no sistema-mundo capitalista, produzindo bens primários para exportação e importando produtos industrializados dos países centrais. Essa posição teria sido progressivamente superada em virtude da industrialização, iniciada na Era Vargas (1930-1945), acelerada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e, em seguida, nos períodos correspondentes ao Milagre Econômico (1968-1973) e ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). Ao longo desses anos, o Brasil passou à condição de semiperiferia, ao internalizar parte da dinâmica produtiva do sistema mundial.

Entretanto, a partir dos anos 1980, há uma inflexão nessa trajetória, que desloca a centralidade da expansão industrial, exigindo novas formas de compreensão não só da macroeconomia, mas também da economia urbana. Se, até essa inflexão, a heterogeneidade estrutural da base produtiva e do mercado de trabalho, característica da industrialização tardia, periférica e incompleta, serviu como chave analítica das investigações sobre o processo de metropolização, agora trata-se de capturar, especialmente, as relações entre o complexo/heterônimo setor terciário e as atuais tendências de transformação dos espaços metropolitanos e da rede urbana. Emerge, então, o desafio de requalifi-

ção teórica e conceitual das atividades identificadas, em termos estatísticos, como terciárias, o que dificulta seu enquadramento nas novas modalidades de acumulação do capital, com seus respectivos padrões territoriais. Referimo-nos, principalmente, às formas de organização das empresas e de exploração do trabalho que tendem a substituir o padrão fordista, como desdobramento avançado dos fenômenos de reestruturação produtiva e globalização.

Por exemplo, o conceito de acumulação flexível, proposto por Harvey ([1989] 2008) para interpretar a crise do fordismo, é cada vez mais útil para problematizar a existência de um novo regime de acumulação, mas também de extração de valor, cuja marca fundamental, além da flexibilidade, é o aumento do poder dos agentes capitalistas de capturar excedentes sem necessitar controlar, diretamente, a esfera da produção. Ou seja, leituras como a de Harvey ([1989] 2008) precisam ser atualizadas para abranger novas situações, em que o poder dos agentes capitalistas passa a ser exercido, nomeadamente, na esfera da circulação do valor, comandando a distância e de modo automatizado os novos espaços produtivos. É nesses termos que se pode dizer que a economia urbana vem sendo incorporada numa nova forma de organização econômica, expressa no conceito mais recente de capitalismo de plataforma, desenvolvido por Srnicek (2016). Hoje, após o longo processo de inovação e reestruturação produtiva, iniciado nos anos 1970, não se trata somente da mobilidade e flexibilidade do capital, resultante da combinação entre dominância financeira e dominância informacional. O salto de qualidade está, sem dúvida, na constituição das plataformas digitais, que operam via aplicativos (“*Apps*”). É através delas que a propriedade do dinheiro (fundos financeiros) e a propriedade das tecnologias da informação e da comunicação (TICs) permitem exercer o controle unificado sobre a produção, a circulação e o consumo, mobilizando multidões de fornecedores e consumidores, conectados por todo tipo de redes técnicas e logísticas. Como observa Pessanha (2020a), essa forma organizacional está presente em vários setores econômicos, transformando não só a lógica de atuação das grandes empresas, mas também o comércio varejista e os pequenos negócios de serviços, atividades essencialmente integrantes da economia urbana.

A questão, enfim, é compreender como essa nova modalidade de organização capitalista, na forma das empresas-aplicativo, impacta os diferentes circuitos da economia urbana. Para nós, há, por exemplo, um caminho de reflexão que pode recorrer à atualização do que Santos ([1979] 2004) denominou como os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Quer dizer, como ficam os vínculos entre os circuitos superior e inferior da economia urbana diante das transformações mais recentes do capitalismo? Quem são os agentes que

atuam em cada um deles? Como se articulam? No argumento original do autor, o circuito superior era constituído pelos bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior correspondia às modalidades de fabricação não capital intensivas, aos serviços não modernos e ao comércio não moderno e de pequenas dimensões. Como ficam, no contexto da generalização das empresas-aplicativo e das plataformas digitais, as relações entre esses dois circuitos? Hoje, empresas de *delivery*, por exemplo, vinculam pequenos negócios, como depósitos de bebida, ao funcionamento de grandes corporações. É o caso, no Brasil, do aplicativo Zé Delivery, que viabiliza os nexos entre essa atividade urbana, em geral de base pobre, e a Ambev, a maior cervejaria do mundo. Nexos que dependem da mobilização de uma multidão de trabalhadores precários. É esse tipo de fenômeno, multiescalar e próprio da dinâmica de extração de valor, que temos em mente quando falamos da reorganização da economia urbana nos marcos do capitalismo financeirizado e plataformizado.

3.4. RECONFIGURAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIAL

Um dos mais candentes temas da agenda sobre a urbanização dependente latino-americana se referia, na origem, à estrutura social e ao lugar ocupado, nessa estrutura, pelos migrantes empobrecidos, retirados do campo e concentrados nas metrópoles. Pode-se dizer que o debate se estabeleceu, das formulações clássicas ao final do século XX, em torno de duas interrogações principais: i) se a industrialização ocorria com a constituição de setores marginais urbanos ou de um exército industrial de reserva, ou melhor, se havia, na América Latina, um exército industrial de reserva funcional ou excessivo em relação às necessidades da acumulação capitalista, formando uma massa marginal nas cidades; e ii) mais recentemente, na conjuntura do experimento neoliberal, buscava-se considerar se a globalização e a reestruturação produtiva estavam dualizando/polarizando a estrutura social, sobretudo pelo encurtamento das camadas médias constituídas no auge do projeto de industrialização por substituição de importações.

Em nossa perspectiva, as novas formas de pobreza e de exploração, que emergem no contexto do capitalismo organizado pela lógica rentista-extrativista, sugerem a necessidade de atualizar esse debate. Nesse sentido, deve-se considerar, principalmente, a intensificação contemporânea do desassalariamento e da precarização do trabalho, que, muitas vezes, envolve contingentes com maior escolaridade quando comparados aos “marginais urbanos” do período anterior. Referimo-nos à formação do precariado (Standing, 2013; Braga, 2017) de serviços que acompanha, dentre outras tendências, o advento e a expansão do

processo de uberização (Abílio, 2016). Trata-se de um processo em franca expansão, acelerado após a pandemia de coronavírus. Conforme Pessanha (2021), já existem, no Brasil, 32 milhões de trabalhadores engajados em plataformas e empresas-aplicativo, correspondendo a 20% da força total de trabalho, o que corrobora a caracterização de Abílio (2016), para quem a uberização tende a se generalizar, repercutindo em todo o mundo do trabalho. De acordo com essa tendência, tal como a UBER, um número cada vez maior de empresas passaria a controlar ou operar plataformas digitais, permitindo que uma multidão de “parceiros” execute seu trabalho.

Para nós, essa reconfiguração das formas de exploração encontra nas cidades do Brasil (e da América Latina) um substrato ideal para sua legitimação, na medida em que a cultura da “viração”, resultante das modalidades de sobrevivência construídas pelos trabalhadores uberizados, e o crescimento da “*economia de bicos*” têm evidentes afinidades eletivas com o mundo do trabalho que caracteriza as metrópoles brasileiras e latino-americanas desde sua formação. Daí as afinidades eletivas com o debate clássico acerca da marginalidade.

Interessa, ainda, mencionar as interrogações sobre até que ponto o precariado é capaz de constituir-se como classe, reverberando questões anteriores acerca da ação e da identificação das massas marginais urbanas. Nesse aspecto em particular, ressaltamos a abordagem de Braga (2017), para quem, apesar das forças políticas e econômicas que atuam para manter o precariado fora dessa condição, há práticas de organização e sinais de rebeldia que apontam para a constituição de identidades coletivas fundadas no trabalho. Essa abordagem nos parece bastante promissora, podendo ser articulada e/ou contraposta à hipótese defendida por Standing (2013), que interpreta o advento do precariado como a ascensão de uma nova classe social, de uma nova classe perigosa. De um modo ou de outro, isto é, estejamos diante de um proletariado precarizado ou de uma nova classe social — o precariado, reunido nas grandes cidades —, o desafio é compreender em que medida ele estaria apto a confrontar os interesses rentistas-extrativistas, o que, por fim, retoma e atualiza a longa tradição de análise dos movimentos sociais urbanos em situações de dependência.

CONCLUSÃO

Ao sublinhar os tópicos acima, não estamos, evidentemente, desconsiderando outras propostas, baseadas em referenciais distintos. Como dito e desenvolvido ao longo do artigo, trata-se, somente, de contribuir com o delineamento de uma agenda de pesquisa que esteja afinada com o acúmulo do pensamento urbano latino-americano e com novas possibilidades de investigação. No que se refere às transformações do capitalismo, nossa ênfase girou em torno da financeirização e do neoex-

trativismo, assinalando o que há de comum entre eles: a predominância do rentismo. Em nossa opinião, é partir dela e da crise sistêmica do capitalismo, aqui abordada nos termos da teoria dos ajustes espaço-temporais e da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação, que se deve refletir sobre as novas modalidades de dependência manifestadas na América Latina, com especial interesse em sua dimensão urbano-metropolitana.

Com certeza, existem outras dinâmicas em curso que precisam ser abrangidas por um esforço dessa natureza. A tendência à plataformação, por exemplo, isto é, à organização das principais empresas e setores econômicos em plataformas digitais, tendência incontornável no mundo pós-pandemia de coronavírus, é um aspecto que, apenas tangenciado neste artigo, assumirá importância cada vez maior no funcionamento do capitalismo, o que exige muito mais atenção quanto a esse processo. Trata-se de uma tendência que, além do mais, articula-se com outra, a da uberização, igualmente tangenciada, e que, no fundo, pode ser entendida como um desdobramento do impulso de precarização do trabalho iniciado após a crise dos anos 1970. Em consonância com Pessanha (2020b), pode-se defender que, se naquele momento falava-se da passagem do fordismo ao toyotismo, hoje, transita-se para algo como o “plataformismo”. Com essa expressão, elaborada em termos heurísticos, o autor designa o possível advento de um regime de acumulação caracterizado, fundamentalmente, pela hiperconcentração do poder econômico nos fundos financeiros e nas chamadas *Big Techs* (como o *Google*) e pela centralidade das novas formas de exploração.

Mas, enfim, em nossa perspectiva, tendências e processos como esses exigem, sem dúvida, novas ferramentas analíticas, ao mesmo tempo em que podem ser observadas à luz do resgate de conceitos, temas e abordagens clássicas, como é o caso do nosso empenho em retomar a ideia da urbanização dependente. Ou seja, trata-se de olhar para o presente (e o futuro) sem perder de vista o passado (e a tradição crítica). Poder-se-ia pensar em outros tópicos de investigação, cabendo concluir que este artigo representa apenas um esforço inicial. Seja como for, a despeito de suas limitações, espera-se que ele possa contribuir para delinear, de fato, novos horizontes de reflexão. Sem ignorar, diga-se novamente, a riqueza dos debates clássicos aqui mencionados, os quais correspondem a um dos momentos de maior criatividade e produção autônoma de conhecimento na América Latina, tanto dentro quanto fora do campo dos estudos urbanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abílio, Ludmila C. (2016). *Uberização do trabalho: subsunção real da viração*. <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>.

- Arboleda, Martín (2021). Circuitos de extração: valor em processo e o nexos mineração/cidade. In Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (Org.), *As metrópoles e o capitalismo financeirizado*. 2ª Edição – Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Arrighi, Giovanni (2003). *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp.
- Arrighi, Giovanni (2008). *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, Ruy (2017). *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo.
- Braga, José C. de S. (1997). Financeirização global – O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: a economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Brand, Ulrich; Dietz, Kristina e Lang, Miriam (2016). Neo-extractivism in Latin America. One side of a new phase of global capitalist dynamics. *Ciencia Política*, 11 (21), 125-159.
- Brenner, Neil (2019). *New urban spaces: urban theory and the scale question*. New York: Oxford University Press.
- Cardoso, Fernando H. e Falleto, Enzo (1984). *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Petrópolis: Vozes.
- Castells, Manuel (1973). La urbanización dependiente en América Latina. In Manuel Castells (Org.), *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Castells, Manuel e Vélez, Patricio (1973). Presentación. In Manuel Castells (Org.), *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Diniz, Clélio C. (2002). A nova configuração urbano-industrial no Brasil. In Anita Kon (Org.), *Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.
- Gago, Verónica e Mezzadra, Sergio (2017). A critique of the extractive operations of capital: toward an expanded concept of extractivism. *Rethinking Marxism: a Journal of Economics, Culture & Society*, 29 (4), 574-591.
- Germani, Gino (1967). La ciudad como mecanismo integrador. *Revista Mexicana de Sociología*, 29 (3), 387-406.
- Germani, Gino (1973). *El concepto de marginalidad*. Buenos Aires: Nueva Visión.

- Harvey, David (2008). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Harvey, David (2011). *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- Harvey, David (2013). *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo.
- Kaltenbrunner, Annina e Paineira, Juan Pablo (2021). Financierización en América Latina: implicancias de la integración financiera subordinada. In Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (Org.), *As metrópoles e o capitalismo financeirizado*. 2º Edição – Revista e Ampliada. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Mancilla, Héctor M. R. (2020). *La cuestión urbana em la geocultura: ciclos de importación, exportación y traducción del conocimiento sobre ciudades en América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- Martins, Carlos E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.
- Martins, Carlos E. e Filgueiras, Luiz (2018). A teoria marxista da dependência e os desafios do século XXI. *Cadernos CRH*, 31 (84), 445-449.
- Medeiros, Carlos A. de (1997). Globalização e a inserção internacional diferenciada da Ásia e da América Latina. In Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: a economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Mezzadra, Sandro e Neilson, Brett (2015). Operations of capital. *The South Atlantic Quarterly*, 114 (1), 1-9.
- Mezzadra, Sandro e Neilson, Brett (2019). *The politics of operations: excavating contemporary capitalism*. Durham e Londres: Duke University Press.
- Pacheco, Carlos A. (1998). *A fragmentação da nação*. Campinas: Unicamp.
- Paulani, Leda (2013). Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. *Estudos Avançados*, 27 (77), 237-261.
- Paulani, Leda (2016). Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, 36 (3), 514-535.
- Pessanha, Roberto M. (2020a). Inovação, financeirização e startups como instrumentos e etapas do capitalismo de plataformas. In Maria Terezinha Serafim Gomes, Regina Helena Tunes e Floriano Godinho de Oliveira (Orgs.), *Geografia da inovação: território, redes e finanças*. Rio de Janeiro: Consequência.
- Pessanha, Roberto M. (2020b). *Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma*. <https://www.comciencia.br/commodi->

- tificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/.
- Pessanha, Roberto M. (2021). Brasil chegou a 32 milhões de trabalhadores em plataformas digitais e aplicativos, 2021. <https://www.robertomoraes.com.br/2021/04/brasil-chegou-32-milhoes-de.html..>
- Quijano, Aníbal (1966). *Notas sobre el concepto de marginalidad*. Cepal. <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/33553>.
- Quijano, Aníbal (1978). Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In Fernando Almeida (Org.), *A questão urbana na América Latina: textos*. Rio de Janeiro: Forense.
- Santos, Milton (2004). *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp.
- Schteingart, Martha (1973). *Urbanización y dependencia en América Latina*. Buenos Aires: SIAP.
- Schteingart, Martha (1973). Presentación. In Martha Schteingart (Org.), *Urbanización y dependencia en América Latina*. Buenos Aires: SIAP.
- Singer, Paul (1973). Urbanización, dependencia y marginalidad en América Latina. In Manuel Castells (Org.), *Imperialismo y urbanización en América Latina*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Srnicek, Nick (2016). *Platform capitalism*. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press.
- Standing, Guy (2013). *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica.
- Svampa, Maristella (2015). Commodities consensus: neoextractivism and enclosure of the commons in Latin America. *The South Atlantic Quarterly*, 114 (1), 66-82.
- Tavares, Maria da C. (1997). A retomada da hegemonia norte-americana. In Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: a economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Tavares, Maria da C. e Fiori, José L. (1997). Apresentação. In Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: a economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- Tavares, Maria da C. e Melin, Luiz E. (1997). Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori, *Poder e dinheiro: a economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.